

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 047, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Ficam alterados os incisos VI e VII do art. 214 da Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 214. (...)

(...)

VI – 1 (uma) UFM:

a) quando o prestador de serviços for omissor na entrega da Declaração Eletrônica de ISS, por mês de competência;

b) quando o tomador de serviços for omissor na entrega da Declaração Eletrônica de ISS, por mês de competência;

VII – 0,1 (zero vírgula um) UFM:

a) no caso de roubo ou extravio de nota fiscal de prestação de serviço, por nota fiscal roubada ou extraviada.”

Art. 2º Fica acrescentado o §3º no artigo 214 da Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, com a seguinte redação:

Art. 214. (...)

(...)

§3º As multas previstas nos casos do inciso VI deste artigo serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) do seu valor quando o pagamento for efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação de edital de autuação de infração pela Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 21 de maio de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Complementar nº 047, de 21 de maio de 2015, que ***“Altera a Lei Municipal nº 87, de 22 de dezembro de 1989, que consolida a legislação tributária do Município, estabelecendo o Código Tributário Municipal.”***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo diminuir as multas dos incisos VI e VII do art. 24 da Lei Municipal nº 87/1989, pertinentes a ausência da declaração eletrônica do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, contendo valores mais adequados a realidade econômica do empresariado municipal.

Ressalta-se ainda que a maior densidade de empresários sujeitos a esta tributação são pequenas empresas, que muitas vezes tem sucumbido em face da alta carga tributária imposta a eles.

Ainda, cumpre salientar que o presente projeto atende a reivindicação da Acidesul, dos contabilistas do Município e da presente Casa Legislativa, no que foi possível atender, em razão dos princípios que regem a administração pública, bem como aos ditames da Lei Complementar 101/2000.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal